

O Senado e o Regimento

A decisão do Senado de não examinar às pressas a mudança da lei eleitoral, que a Câmara desejava impor, terá muitas consequências. A primeira é fortalecer o bicameralismo, que parecia em extinção, pois a Câmara, ultimamente, vinha rejeitando as proposições do Senado, atribuindo-lhe papel homologatório, e assim mesmo em prazos reduzidos.

A segunda é a defesa do artigo 16 da Constituição, que proíbe alteração da lei eleitoral menos de um ano antes do pleito. Esse artigo aprimora o processo político, a democracia. Basta ressaltar o impedimento do troca-troca partidário às vésperas das eleições, tão prejudicial à imagem do político. A rejeição do casuismo da Câmara espelha o novo Senado, ainda não descoberto, que tem discutido questões fundamentais. A sessão da última terça-feira, por exemplo, foi antológica, digna de realce nos Anais, que registra todas, mas onde, paradoxalmente, ficam poucas.

Começou a reunião com notável análise do senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) sobre deficiência da assistência aos idosos, cada vez mais numerosos, pois não temos uma política para a velhice. A sociedade, como acentuou, não se envergonha nem investiga os asilos, onde milhares de velhos são abandonados e esquecidos por suas famílias. As dificuldades financeiras podem explicar esse desprezo; a ética, não. O sena-

dor Mário Maia (PDT-AC) questionou a validade das pesquisas, a nova mania nacional, e reafirmou suas suspeitas sobre a alienação de estatais, feita às pressas por um governo no fim do mandato.

O líder Ronan Tito (PMDB-MG) condenou a falta de limitações do poder da imprensa, a quem, na véspera, criticara muito, frisando que lia nos jornais, pela manhã, o que não fizera no dia anterior. Com coragem — não é fácil a um político fazer restrições a jornalistas — citou, como exemplo, minuciosa reportagem sobre suposto encontro seu com Jorge Serpa, a quem nem sequer conhece. Exagerou, mas compreende-se; repórter não é inventor nem liberdade é irresponsabilidade.

Outro líder, Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), observou, com acuidade, a distorção da propaganda gratuita na TV, que de exposição de idéias tornou-se uma produção incolor, quase padronizada. Houve, ainda, brilhante debate sobre a Amazônia, provocado pelo senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), em que vários senadores manifestaram-se indignados pelos disparates de pretensos cientistas e roqueiros, tão adulados em nossos palácios.

O debate, que abordou a ineficiência do Iamarati, foi contido pelo Regimento, que, sem capacidade para julgar os assuntos, está muito rococó para o novo Senado. Nada é perfeito.